

O IMPACTO DAS ÁGUAS: a situação da Associação dos barqueiros de Babaçulândia-TO quanto a negociação das indenizações, reassentamento e compensação

Súsie Fernandes Santos Silva¹

Amarildo Silva Araújo²

Airton Sieben³

Resumo

A construção de uma Usina Hidrelétrica é um empreendimento a favor do crescimento econômico nacional, pois gera a energia que é distribuída para todo o território brasileiro, porém produz impactos sociais, ambientais e econômicos em várias dimensões, dependendo das características da localidade impactada. Dentre os impactos, a modificação no território, causada pelas migrações compulsórias que interferem nas relações sociais, econômicas e políticas da sociedade local, alterando a maneira tradicional de produzir e viver. Partindo dessa informação, o presente artigo revela indicadores relacionados à observação e descrição do panorama da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), construída no período de 2007 a 2011, no Rio Tocantins, na divisa entre os estados do Maranhão e Tocantins. Assim, este trabalho apresenta os impactos desse empreendimento no território e na realização das atividades de subsistência/autossustento dos trabalhadores tradicionais da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), bem como a apresentação de alguns relatos sobre como aconteceu o processo de negociação de reassentamento e de compensação desses impactados. A cidade de Babaçulândia está situada na região Norte do estado do Tocantins, localizada a aproximadamente 100 km a montante da barragem e sofreu várias mudanças no território e na paisagem, as quais influenciaram na vida dos moradores e no desenvolvimento de algumas atividades econômicas que utilizavam o rio como suporte, como por exemplo, o fim das praias sazonais que garantiam o trabalho dos barqueiros através do transporte de turistas durante os meses de junho a início de agosto. Tem, portanto, este trabalho, o objetivo de identificar e descrever de que forma ocorreu a desterritorialização dos barqueiros, as negociações de indenizações e as medidas compensatórias para a associação. A fundamentação teórica está respaldada em informações sobre a necessidade de construção da Usina Hidrelétrica de Energia, utilizando-se o conceito de atingidos por barragens apresentado por Vainer (2008), as facilidades e oportunidades econômicas apresentadas por Sen (2010) as concepções de território apresentadas por Saquet (2007) e Raffestin (1993). A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa com pré-entrevista e pesquisa de campo realizada através de entrevistas semiestruturadas. Em primeiro momento, buscou-se conhecer, através de entrevista com o presidente da associação, os motivos que levaram os barqueiros a constituírem a associação, o número de associados na data da pesquisa e o histórico desde a sua constituição até a data da pesquisa. Em seguida, foram realizadas entrevistas com alguns dos associados residentes na zona urbana do município, durante as quais se buscou conhecer as condições do trabalho antes e depois da formação do reservatório, as condições de vida; a destinação do barco após a extinção do território de atuação e as informações sobre as negociações das indenizações. Outro

¹ Secretaria de Educação do Tocantins (SEDUC/TO); Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCuT), Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: susoeffernandes@uft.edu.br

² Secretaria de Educação do Para (SEDUC/PA); Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCuT/UFT). E-mail: geonalta@hotmail.com

³ Doutor em Geografia; Professor adjunto UFT; Orientador no PPGCuT/UFT. E-mail: asieben@uft.edu.br

ponto sobre o qual se buscou respostas durante as entrevistas foi a condição de sobrevivência no reassentamento rural, tanto para os moradores, ex-barqueiros, quanto para a criação de animais e a produção de alimentos. Para o *corpus* da pesquisa foram entrevistados 07 associados do total de 19 que formavam a associação no segundo semestre de 2012. A pesquisa concluiu que durante a desestabilização do território dos barqueiros, ocorreram as indenizações, com valores recebidos individualmente; e como associação – através das medidas compensatórias - com a construção de uma sede da associação e seus mobiliários, e um barco catamarã, também equipado com utensílios de cozinha e lazer. Apesar dessas compensações, constatou-se algumas dificuldades para o reassentado na zona rural, como falta de água potável e adequada tanto ao consumo humano como à criação de animais. Outras dificuldades dizem respeito à falta de trabalho para os que continuaram na cidade, devido não existir mais as praias na margem maranhense que possibilitem a continuidade do trabalho de barqueiro e a falta de outros tipos de trabalho nos quais os barqueiros possam ser inseridos. Diante do exposto, observa-se, apesar do recebimento das medidas compensatórias para a associação, que os barqueiros não estão realizando trabalhos capazes da obtenção de renda em prol de seus sustentos familiares.

Palavras-chave: Território; Barqueiros; Atingidos por barragens; Associativismo; Negociação/Indenizações.

Introdução

A necessidade de aumentar a capacidade energética brasileira para a melhoria do atendimento de setores como indústrias, comércios, residências e o setor rural, de forma geral, tem sido um dos principais motivos para a construção de usinas hidrelétricas no mundo e no Brasil. Outro motivo é abundância de águas e rios com condições propícias para a construção de hidrelétricas.

Com a expansão da produção de energia elétrica através da utilização dos rios da região Norte, teve início a concessão da Usina Hidrelétrica de Energia Estreito (UHEE) a qual foi adquirida a partir de licitação realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em junho de 2002, no Rio de Janeiro, pelo Consórcio Estreito Energia (CESTE), o qual era formado pelas empresas GDF SUEZ S.A. francesa (energia), a Vale, brasileira (mineradora), a Alcoa (alumínio) e a Camargo Corrêa Energia (engenharia, construção e energia).

A partir do início do processo de licenciamento para a construção da UHEE, em 2005, a população de duas cidades maranhenses e de dez tocantinenses, localizadas na área atingida pelo empreendimento, viveu momentos de incertezas quanto ao novo local de moradia e novas possibilidades de sobrevivência financeira. Aproximadamente 3.000 propriedades foram remanejadas da área do reservatório, com o deslocamento de mais de 2.000 famílias.

Esta pesquisa foi realizada no município de Babaçulândia (TO), localizado a aproximadamente 100 km a montante da barragem, o qual foi atingido em maior proporção,

pois teve inundado o centro comercial, o bairro Palmatuba, a Ilha de São José, várias propriedades rurais, além das praias que eram o principal atrativo turístico do município e fonte de renda para hotéis, barraqueiros⁴ e barqueiros⁵. Sendo estes últimos o foco desta pesquisa que teve como objetivo conhecer a situação vivenciada por estes profissionais – barqueiros – agregados em associação, antes, durante e depois da construção do empreendimento hidrelétrico.

Devido à necessidade de organizarem as condições de trabalho, 30 homens que usavam a embarcação na exploração do transporte de gêneros alimentícios das vazantes às margens do Rio Tocantins até o cais da cidade, constituíram a Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (ABB) em 20 de abril de 2001. Esses trabalhadores também transportavam passageiros, gêneros alimentícios e animais nas embarcações de porte maior, e na temporada de praias, que compreendia o período de final de junho a meados de agosto, os turistas para as praias localizadas na margem maranhense do Rio Tocantins.

Observando a realidade dos pesquisados constata-se que a associação dos barqueiros recebeu algumas medidas compensatórias em razão dos impactos sofridos: um galpão e um barco tipo catamarã para os barqueiros prestarem serviços de turismo. Porém, é necessário analisar se esses bens são suficientes para a continuidade do trabalho e sustento das famílias dos barqueiros associados. Além de questionar se há possibilidades da continuidade do trabalho dentro das condições naturais atuais.

O objetivo geral da presente pesquisa é conhecer e compreender a migração compulsória dos barqueiros, gerada pelos impactos causados com a construção da barragem e formação do reservatório da UHEE, a partir de como ocorreram as reparações, indenizações e compensação para o grupo, e as mudanças na vida e trabalho dos associados que exploravam o Rio Tocantins na região de Babaçulândia (TO).

Metodologia e procedimentos da pesquisa

Para a obtenção de informações teóricas preliminares buscou-se conhecer e contextualizar o tema em referenciais diversos, como artigos, dissertações e teses, e em sites na internet. Ambos na intenção de que fossem capazes de fornecer o caminho para as informações e respostas adequadas à discussão do problema proposto, mantendo-se a realização de uma

⁴ Barraqueiro é o sujeito responsável por estabelecimento que fornecia alimentação e hospedagem na estrutura construída na praia.

⁵ Barqueiro é o sujeito que conduz barco.

avaliação crítica de se conhecer, comparar e contextualizar as diversas fontes secundárias a partir dos resultados das pesquisas e das características e formações dos autores e suas abordagens.

A leitura do material bibliográfico foi realizada a partir de livros e artigos de teóricos pesquisadores dos assuntos discutidos neste trabalho e o fichamento de cada um. A busca de informações ocorreu através da integração das pesquisas quantitativa e qualitativa que para Goldemberg (2012) “a pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente”, pois permite

[...] que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produtos de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não limita o que pode em coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos. (GOLDEMBERG, 2012, p. 62)

Para o conhecimento das informações e obtenção de respostas, esta pesquisa utilizou fontes documentais e entrevistas realizadas com a utilização de perguntas abertas semiestruturadas aplicadas aos pesquisados, dados estatísticos apresentados pelo IBGE, pelos movimentos sociais sobre barragens e por fontes ligadas às empreiteiras responsáveis pela construção do empreendimento.

O diálogo com os pesquisados foi através de conversas que antecederam as entrevistas, nas quais buscou-se o levantamento de informações preliminares que foram utilizadas na elaboração do roteiro de entrevistas. Posteriormente houve o momento de realização das entrevistas semiestruturadas com questões abertas nas quais buscou-se conhecer a execução do trabalho dos pesquisados antes, durante e depois da construção da hidrelétrica e da formação do lago, bem como as formas e valores das indenizações individuais e coletivamente para a associação.

Os pesquisados foram entrevistados em suas residências, em horário agendado previamente e dispuseram do tempo necessário para responder as perguntas e falar sobre situações que consideraram necessárias e relevantes a respeito do assunto e sobre seus anseios e preocupações futuras, como a falta de condições de exercer a profissão devido à não existência das condições necessárias para a navegabilidade no lago e à falta de passageiros/turistas ou mesmo de produtos alimentício que eram transportados da margem maranhense do rio.

A Hidrelétrica de Estreito MA e os municípios atingidos

Com a decisão governamental, a partir de estudos realizados pelas empresas e organizações responsáveis pela viabilidade do empreendimento, juntamente com os órgãos responsáveis pela liberação dos licenciamentos, o consórcio empreiteiro dá início à construção do empreendimento. Todavia o controle e gestão do Estado sobre o empreendimento e, principalmente, sobre o uso das águas é discutido por Reis (2012) quando afirma que

[...] a gestão e controle do Estado sobre o uso das águas para diferentes fins, inclusive para a produção de energia elétrica, foram assumidos por instâncias governamentais brasileiras preocupadas com a modernização do país, ou seja, mais precisamente com o seu desenvolvimento econômico, através do fomento das atividades industriais. (REIS, 2012, p. 99)

A presença e a intervenção do Estado na produção de energia elétrica, conforme Reis (2012) acentuou-se durante o período da Ditadura Militar com a instalação de hidrelétricas como Sobradinho e o início das hidrelétricas de Itaparica, Itaipú e Balbina; e os projetos e início das etapas das hidrelétricas nas bacias de São Paulo, Paraná e em rios da Amazônia. A construção de hidrelétricas continuará sendo sinônimo de desenvolvimento enquanto não houver a busca de outras fontes alternativas da produção de energia.

A construção de hidrelétricas no rio Tocantins, impacta algumas cidades, pois conforme Nolasco (2014), o rio Tocantins propiciou a formação das cidades no que se refere às possibilidades utilizá-lo como fonte para o abastecimento de água, na agricultura e meio de transporte de mercadorias, e pessoas via navegação. Dessa forma, foram elaboradas algumas formas de apropriação do rio, modos de vida, saberes e tradições.

Em um período em que não havia estradas que pudessem aproximar os centros urbanos, o rio Tocantins cumpriu um papel importante como canal de comunicação entre os núcleos populacionais estabelecidos ao longo de suas margens no transporte de mercadorias, animais e pessoas. Teve um papel importante no processo de urbanização e povoamento por não indígenas do antigo norte goiano e sudoeste do Maranhão. Esse rio possibilitou a fundação de cidades como as atuais Carolina e Estreito, no estado do Maranhão, e Filadélfia, Itaporatins (*sic*), Tupiratins, Barra do Ouro, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Aguiarnópolis e Babaçulândia, no estado do Tocantins. (NOLASCO, 2014, p. 178)

Esses municípios formados às margens do rio Tocantins, conforme Nolasco (2014), transformaram-se em entrepostos comerciais e pontos de parada para viajantes utilizando embarcações, que iam em direção a Belém (PA) para a aquisição de produtos diversos, os quais

eram revendidos nos municípios citados e mais outros localizados às margens do rio. O que caracteriza o povoamento das margens por não indígenas e a fundação de cidades a partir da aglomeração de moradores em determinados locais.

Figura 01 – Municípios impactados pela construção da UHEE



Fonte: CESTE, 2016.

A construção da UHEE no rio Tocantins atingiu doze municípios, dois maranhenses e dez tocantinenses, localizados às margens do rio, conforme figura 01 – municípios impactados pela construção da UHEE. O município de Estreito (MA), local da casa de máquinas, situa-se à margem direita, à jusante da barragem, em ponto privilegiado pelo cruzamento das rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e MA-138, além da ferrovia Norte-Sul que liga a cidade de Estreito a Imperatriz e Açailândia, no Maranhão.

Já os municípios de Aguiarnópolis, Palmeiras do Tocantins e Darcinópolis estão localizados à montante da barragem na margem esquerda do rio Tocantins. Aguiarnópolis está localizada no entroncamento da BR-230 com a BR-153, em frente à cidade de Estreito (MA),

com a qual se interliga por meio de ponte sobre o rio Tocantins; Palmeiras do Tocantins localiza-se às margens da BR-226, nas proximidades do rio Mosquito; e Darcinópolis localiza-se às margens da BR-153, nas proximidades do ribeirão Curicaca.

A região de Babaçulândia e Filadélfia é um extenso trecho da área de influência direta da UHEE que se estende por aproximadamente 120 km, entre o ribeirão Campo Alegre o rio Grande localizam-se à margem esquerda do rio Tocantins. Babaçulândia, ao lado direito da foz do ribeirão Coco, e Filadélfia em frente ao município de Carolina (MA).

A área da região de Carolina (MA) está localizada à margem direita estende-se ao longo de 49 km nas margens do rio Tocantins, localizada entre o ribeirão Urupuchete e a região drenada pelo rio Manuel Alves Grande. Carolina foi fundada em 1859, seu centro urbano tem edificações arquitetônicas da história de seus diferentes ciclos econômicos e interliga-se à cidade de Filadélfia (TO) por balsa⁶.

O trecho que compõe a região atingida do município de Barra do Ouro possui aproximadamente 80 km e está localizado, à montante da barragem, na margem direita do rio Tocantins. Neste trecho, afluem ao rio Tocantins os ribeirões Aldeia Grande, do Ouro, rio Tauá, córrego Sítio Novo, ribeirão Estrema, córregos Aldeia e Fundo e Manuel Alves Pequeno.

O núcleo urbano do município de Goiatins localiza-se na vertente da margem esquerda do rio Manuel Alves Grande, na divisa com o estado do Maranhão. Já a região de Palmeirante se estende por cerca de 60 km ao longo do rio Tocantins, aproximadamente entre os rios Grande e Cajueiro. A cidade de Palmeirante, desmembrada de Filadélfia em 1993, está localizada à margem esquerda do rio Tocantins, próximo à confluência do córrego Cobra Verde.

A região de Tupiratins está na área de influência direta da UHEE, que se estende ao longo de cerca de 85 km do rio Tocantins (PEDREIRA e ZIMMERMANN, 2014). Sua sede urbana é assentada à margem esquerda do rio Tocantins defronte de Itapiratins, à montante da barragem.

O impacto da construção da hidrelétrica através da desterritorialização e, principalmente, pela formação do lago atingiu todos os municípios citados nos parágrafos anteriores. Uns em proporções menores e outros em proporções significativas, como é o caso de Babaçulândia. Mas todos tiveram grandes alterações no que se refere à utilização de meios de sobrevivência pelos ribeirinhos e comunidades que dependiam do rio, como, pescadores, pequenos agricultores que plantavam nas vazantes e outras atividades desenvolvidas durante as praias.

⁶ Embarcação utilizada para fazer a travessia de veículos e passageiros de uma margem do rio à outra.

Aspectos socioeconômicos e ambientais do território dos barqueiros

Região é norte do estado do Tocantins é rica em águas, pois é abastecida pelos rios Tocantins e Araguaia e suas bacias. Conforme afirmam Pedreira e Zimmermann (2014) o rio Tocantins, os ribeirões e os córregos sempre foram representativos no quadro da ocupação regional, seja no passado como nos dias atuais, e os núcleos populacionais (urbanos e rurais) estão de certa forma relacionados a esses mananciais.

O município de Babaçulândia está localizado no Norte do estado do Tocantins, distante cerca de 450 km da capital, Palmas. O estado do Tocantins está localizado na região Norte do país, pertencente à Amazônia Legal e fazendo divisa com os estados de Goiás (sul), Mato Grosso (sudoeste), Pará (oeste), Maranhão (leste e nordeste), Piauí (leste) e Bahia (sudeste).

O município de Babaçulândia tem 1.788 km² de área com a densidade demográfica de 5,83 hab/Km². Faz divisa com os municípios tocantinenses de Filadélfia (sul), Araguaína (oeste), Darcinópolis (noroeste), Wanderlândia (norte) e, divisa com o município maranhense de Carolina (sudeste).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007) o povoado Babaçulândia iniciou em junho de 1926, começou a crescer em torno do babaçu, nativo e abundante na região. O lugarejo recebeu o nome de "Nova Aurora do Coco", porque assinalava o esplendor da fonte de riqueza do Babaçual no extremo norte. O censo do IBGE em 2007 registrou uma população de 10.372 habitantes, já em informações referentes a 2010 a projeção é de uma população estimada em 10.424 habitantes. Já a projeção da população para 2015 era de 10.736 habitante

Comparada aos outros 139 municípios tocantinenses, conforme dados do IBGE (2007), a incidência da pobreza representa 31,74%, incidência de pobreza subjetiva, ou seja, quando o indivíduo não tem o suficiente para viver é de 40,78%, dessa forma entende-se que foi mais fácil efetuar as desapropriações dos atingidos pela construção do empreendimento; o Índice de Gini 0,42 indica haver concentração de renda, nas mãos de poucos. Já o Índice de desenvolvimento Humano (IDH)⁷ em 2000 era 0,61 conforme informações do Ranking do IDH dos municípios do Brasil 2003.

Conforme (TOCANTINS, 2008) o clima, de Babaçulândia, é úmido com moderada deficiência hídrica no inverno, temperatura média anual é de 28°C, com elevação no verão. O relevo apresenta formas estruturais cuja topografia é condicionada pela estrutura. A declividade

⁷ O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é elaborado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

está entre, maior que 10% e igual ou inferior a 15%, com predominância de áreas inclinadas ou colinosas, onde o escoamento superficial é rápido, portanto práticas de conservação do solo são recomendadas e necessárias.

Quanto à erodibilidade potencial dos solos (TOCANTINS, 2008) caracteriza o município na categoria especial, ou seja, a condição da maioria dos solos referidos a essa classe vai de imperfeitamente drenados a muito mal drenados, com o nível do lençol freático normalmente elevado. A ecodinâmica da paisagem é instável e de transição. A vegetação da região é o cerrado com predominância de vegetação xeromorfa aberta, dominada e marcada por um estrato herbáceo.

Aspectos da região favoreciam a criação de bancos de areia na estiagem das águas e a formação das praias, nas quais eram construídas estrutura física para lazer. Dessa forma, as águas do rio, além de favorecer a utilização do instrumento de trabalho – barco -, era de certa forma, o local em que os barqueiros construíram seu território, e passaram a modificá-lo em função da atividade realizada, demonstrando relações de poder dos associados sobre os barqueiros não associados, conforme afirma Saquet (2007)

[...] o território é organizado pela sociedade, que transforma (*humaniza*) (grifo do autor) a natureza, controla certas áreas e atividades, política e economicamente; significa relações sociais e complementaridade; processualidade histórica e relacional. (SAQUET, 2007, p.51),

Raffestin (1993, p. 60) afirma que “[...] o território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos”. Ou seja, o território não é menos importante que a população e os recursos. Pois o território é a cena do poder e o lugar de todas as relações, o qual necessita das pessoas para que se possam determinar os rumos possíveis das ações e dos recursos para que se condicione o alcance da ação.

Praias e Rio Tocantins antes da barragem e suas oportunidades econômicas

O rio Tocantins, na região alagada pela UHEE, era territorializado como espaço de trabalho e lazer, pela população local e por turistas, a partir do aproveitamento dos atrativos naturais - praias - formadas pelos bancos de areia que ficavam expostos durante o período em que o nível das águas baixava, ou seja, a partir do mês de junho até meados de agosto, anualmente. Conforme descreve Nolasco (2014):

Entre esses atrativos naturais, estavam as praias de Filadélfia, da Ilha Cabral em Aguiarnópolis, do Pedral em Palmeiras do Tocantins, do Coco em Babaçulândia, da Raposa em Tupiratins e da Ilha dos Botes em Carolina. Com o enchimento do lago da UHE Estreito, esse patrimônio natural foi transformado, criando novas paisagens e formas de interações. [...], tendo em vista que essas praias foram submersas pelo lago e deixaram de emergir no período de estiagem. (NOLASCO, 2014, p. 181)

É nesse contexto de uso dos atrativos naturais locais - praias sazonais - e da utilização do meio de transporte fluvial, feito com barcos e canoas, denominado por Sen (2010) de facilidades econômicas, pois “são as oportunidades de que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca” que surge a necessidade dos trabalhadores com embarcações se associarem, fortalecendo o grupo e delimitando seus territórios de atuação com os quais estabelecem profundas relações e interações, além de ser meio de subsistência/autossustento através da obtenção de recursos financeiros para o sustento das famílias.

Figura 02 – Porto em Babaçulândia e praias



Fonte: <http://www.overmundo.com.br/guia/o-porto-de-babaculandia>

A figura 02 mostra o rio Tocantins no município de Babaçulândia. Na parte central da figura visualiza-se o porto de ancoragem dos barcos e canoas, local em que os passageiros acessavam as embarcações para atravessar o rio e chegar às praias; ao fundo da figura visualiza-se as praias formadas pelos bancos de areia a partir da estiagem das águas. As praias estavam

localizadas no estado do Maranhão, município de Carolina, ou seja, o único acesso até elas, era através de embarcações. Essa paisagem constituía parte do território que propiciava oportunidades econômicas aos pesquisados as quais, para Sen (2010), são

[...] as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca. Os intitamentos econômicos que uma pessoa tem dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados. (Sen, 2010, p. 59)

As facilidades econômicas para os impactados apresentam-se não apenas no trabalho como barqueiros, mas na diversidade de atuação dos atingidos que também exerciam atividades de produção de alimentos nas vazantes, pequenos produtores rurais, pescadores, coletores de coco babaçu, criadores de pequenos animais para o consumo próprio e venda do excedente, além de outras atividades relacionadas ao território de moradia.

O conceito de associativismo e comunidades tradicionais

Partindo da informação de que associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criada com os objetivos de promover a implementação e a defesa dos interesses dos associados, incentivando a melhoria técnica, profissional e cultural deles. É amparada legalmente pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988, “no que se refere ao exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

Uma associação deve ser formada com o mínimo de duas pessoas. Não possui capital social, ou seja, seu patrimônio deve ser formado por doações, fundos e reservas, os dirigentes não são remunerados pelo exercício de suas funções. A escrituração contábil é simplificada e objetiva. A dissolução é definida pela Assembleia Geral, e os bens remanescentes na dissolução deverão ser destinados, por decisão da Assembleia, a entidades afins.

Associação, em um sentido amplo, é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne pessoas físicas ou outras sociedades jurídicas com objetivos comuns, visando superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados. É uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos. [...] tem por finalidade a defesa de interesses da classe [...] é adequada para o desenvolvimento de uma atividade social. (SEBRAE, 2009, p. 8)

Os barqueiros pesquisados se classificam nessa definição, pois exerciam seu trabalho e conduziam a associação com pouca ou nenhuma acumulação de capital, usando apenas a força de trabalho individual e familiar, explorando os recursos naturais ofertados pela natureza: águas do rio e praias; além do conhecimento tradicional passado de pai para filho e outros fatores como o limitado desenvolvimento tecnológico, presente no fato de que algumas das embarcações menores não dispunham sequer de cobertura para proteção contra o sol ou chuva. Algumas dessas características os classificam, também, em comunidade tradicional.

Segundo Diegues (2000) algumas características da cultura das sociedades tradicionais são identificados pela noção do território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; moradia e ocupação desse território por várias gerações; reduzida acumulação de capital; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; utilização de tecnologia simples e, fraco poder político.

Os barqueiros realizavam seus trabalhos obedecendo aos ciclos das águas, não somente nos períodos das praias, mas também, nos períodos das cheias, momentos em que a navegabilidade ficava mais lenta e era necessário buscar alternativas e formas de adquirir recursos financeiros. Portanto, obedeciam a certa tradição e cultura das águas, principalmente, quando utilizavam as margens do rio para o plantio nas vazantes.

Diegues (2000) afirma que o território fornece às populações tradicionais, a natureza do homem como espécie e os meios para subsistência, os meios de trabalho e produção, bem como os meios de produzir os aspectos materiais das reações sociais, principalmente os que compõem a estrutura determinada, expressa nas relações de parentesco, de uma sociedade.

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de *território* (grifo do autor) que pode ser definido como uma porção da natureza e o espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direito estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. (DIEGUES, 2000, p. 49)

Little (2002) afirma que o conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis. O conceito envolve distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, assim gerando forma de cogestão do território explorado. Para Almeida (2008, p. 38) são “[...] sujeitos sociais construídos em consonância

com suas condições específicas de existência coletiva e afirmação identitária, a saber: [...] ribeirinhos”. O que é ratificado por Little, na seguinte afirmação:

O uso do conceito de povos tradicionais procura oferecer um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura da autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis. (LITTLE, 2002, p. 23).

A propriedade comum explorada pelos pesquisados era o território formado pelas praias do Rio Tocantins localizadas na margem maranhense. Dessa forma é possível compreender que a autodenominação do grupo é importante para seu reconhecimento como produtores/executores de determinados serviços.

Dentro do território, os pesquisados exerciam seu trabalho e conduziam a associação com pouca ou nenhuma acumulação de capital, usando apenas a força de trabalho individual e familiar e utilizando os recursos naturais ofertados pela natureza: águas do rio e praias; respaldados pelo conhecimento tradicional passado de uma geração à outra, além de outros fatores como o limitado desenvolvimento tecnológico, presente no fato de pouca estruturação das embarcações, sendo que as menores não dispunham sequer de cobertura para proteção dos passageiros.

Os atingidos da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia e o remanejamento

O conceito de atingidos apresentado por Vainer (2008) remete à noção econômico-financeira. Representa uma categoria social em disputa, que varia no tempo e espaço, dependendo dos contextos políticos e culturais, por isso opõe diversos atores econômicos. Identifica outra concepção denominada hídrica⁸, a qual significa atingido e inundado, e conseqüentemente o atingido inundado é obrigado a se deslocar de maneira compulsória, também chamada de reassentamento involuntário.

[...] a noção de atingidos diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação não pecuniária. (VAINER, 2008, p. 1)

⁸ Concepção hídrica – tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área a ser inundada.

O Decreto nº 7.342 assinado pelo Presidente Lula em 2012, e publicado no Diário Oficial da União de 20/10/2012, no artigo 2º caracteriza como atingidos por empreendimentos de geração de energia hidrelétrica os integrantes da população sujeitos aos seguintes impactos:

[...]

IV- perdas de fontes de renda e trabalho das quais os atingidos dependem economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento;

[...]

VII- prejuízos comprovados às atividades produtivas locais e jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações. (Decreto nº 7.342 de 20/10/2012 Diário Oficial da União)

A associação dos barqueiros de Babaçulândia – ABB foi constituída em 20/04/2001, por 30 donos de barcos que moravam no município e já exploravam o trabalho, de forma individualizada. A motivação para organizar a associação, partiu da observação que até então, qualquer pessoa que tivesse um barco e quisesse, poderia, na temporada de praia, transportar passageiros e cobrar pelo serviço.

Antes da constituição da associação os barqueiros da cidade donos de pequenas embarcações como canoas que comportavam cinco passageiros e as barcas que comportavam vinte, eram prejudicados financeiramente porque tinham que pagar uma contribuição à prefeitura, a qual era responsável pela estruturação da praia. Após a constituição da associação, só transportava passageiros na temporada de praia quem fosse barqueiro associado. Isso gerou maior fonte de renda aos barqueiros.

Os serviços prestados pelos barqueiros associados era o transporte de passageiros durante a temporada de praias; de gêneros alimentícios das fazendas localizadas nas margens do rio para vender na feira da cidade; de madeira; de animais; de mudanças; de aposentados ribeirinhos e moradores de Babaçulândia para receberem benefícios do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) em Carolina (MA).

Antes da formação do lago foi realizado o remanejamento dos moradores das áreas atingidas, o qual ocorreu através das formas estabelecidas, pelo consórcio construtor, no Plano de Remanejamento da População, definido como planejamento e implementação de ações voltadas a mitigar e/ou compensar a mudança involuntária da população da área de influência direta do empreendimento, “[...] visando à sua recomposição e manutenção ou melhoria das condições de vida” (CESTE, 2007). Ratificando que

[...] de modo que a linha de conduta estabelecida para as questões relativas aos trabalhos de remanejamento seja observada e, por consequência, resulte

em oportunidades iguais ou melhores às que esta população possuía antes do seu deslocamento involuntário, sobretudo no que se refere à qualidade de vida, ao acesso às atividades de trabalho ligadas à terra, aos recursos naturais e aos serviços de infra-estrutura básicos. (CESTE, 2007, p.3)

O remanejamento dos atingidos, especialmente dos pesquisados, aconteceu dentro da conduta estabelecida pelo consórcio construtor, porém no que se refere a manutenção de oportunidades de trabalho iguais ou melhores, às que existiam antes do empreendimento, os pesquisados relatam que houve agravamento devido à falta de trabalho ligado aos recursos naturais, pois com o fim das praias não foi mais possível exercer o trabalho de barqueiro. Com o início da formação do lago, o trabalho dos pesquisados tornou-se impossível devido às poucas condições de navegabilidade das águas por pequenas embarcações.

Indenizações individuais

O processo indenizatório aconteceu de diversa formas. Quanto às moradias, foram indenizados os proprietários de casa, dentro dos valores especificados pelo Plano de Remanejamento da População, documento do consórcio construtor que estabeleceu procedimentos para o remanejamento da população atingida. Porém, a partir de relatos dos pesquisados, entende-se que o remanejamento e indenização dos atingidos pela UHEE não levou em consideração aquelas famílias em que se concentravam, morando nas mesmas casas ou terrenos, pais e filhos com suas respectivas famílias.

Apenas o proprietário do imóvel foi indenizado, sendo que os filhos que já tinham famílias constituídas e que moravam no mesmo imóvel não foram classificados como família independente e não receberam indenizações para que pudessem adquirir uma moradia independente da dos pais. Situação que forçou os indenizados que moravam em família nessa situação a dividirem a indenização com os filhos para propiciar que estes tivessem local independente para abrigar suas famílias.

Para os barqueiros, individualmente, as indenizações dos barcos foram em torno de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil Reais) para os barcos maiores, conhecidos como barcas, com capacidade para até 20 pessoas; para as canoas com tamanho entre seis e sete metros, com capacidade para transportar até nove pessoas o valor da indenização foi em torno de R\$ 8.000,00 (oito mil Reais) a R\$ 9.000,00 (nove mil Reais). Conforme informações dos pesquisados, somente foram indenizadas as embarcações devidamente registradas na marinha e pertencente ao associado.

Figuras 03 e 04 – Tipo de embarcações utilizadas pelos barqueiros



Fonte: Figura 03 - Foto da pesquisa



Figura 04 – <http://jjleandro-jjleandro.blogspot.com.br>

Na figura 03 visualiza-se a embarcação denominada pelos pesquisados de “barca”, construída de madeira, movida a motor posicionado na parte traseira, dispoñdo de assentos internos, proteção de madeira nas laterias e napas plásticas que podiam ser baixadas em momentos de chuva ou sol para a proteção das pessoas os dos produtos, cobertura de madeira com sobreposição de chapa de zinco para impedir a passagem das águas das chuvas. Este tipo de embarcação comportava cerca de 20 passageiros e o condutor ficava na parte traseira de onde tinha visão total do percurso.

Já figura 04 mostra as canoas, embarcações mais rústicas, também fabricadas em madeiras, movidas a motor acoplado na parte traseira da embarcação. Este tipo de embarcação comportava a capacidades de até oito passageiros e tinha velocidade superior à da embarcação da figura 03. Ambos os tipos de embarcação ficavam ancorados no mesmo porto, local em que embarcavam os passageiros, porém as barcas ficavam de um lado e as canos do outro lado, dispostas em filas e seguiam rigorosamente a ordem da fila, de forma que a embacação só poderia deixar o porto, com passageiros, após a saída da que estava à sua frente.

Medidas compensatórias para a associação

As medidas compensatórias, aquelas que visam compensar os efeitos do impacto, incidem quando há impactos negativos e não mitigáveis a ser causados ao meio ambiente (ARTIGAS, 2011). Dessa forma, a construção da UHEE, que provocou impactos negativos e não mitgáveis no meio ambiente da região, foi obrigada a estabelecer medidas acompensatórias que minimizasse o impacto aos barqueiros associados. Essas medidas compensatórias foram entregues em forma de bens: um galpão para ser a sede da associação e um baco catamarã.

Figuras 5 e 6 – Medidas compensatórias para a associação: galpão e barco



Fonte: Fotos da pesquisa

O galpão sede da associação está construído num terreno de frente para a orla do lago, Figura 05, é mobiliada com: equipamentos de escritório, computador, fogão industrial, mesas, cadeiras, condicionador de ar. Avaliado, segundo informações do presidente da associação em 2012, em R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil Reais). Recebeu também, um barco catamarã, Figura 06, equipado com: freezer, microondas, fogão, mesas, cadeiras, sistema de som, banheiro e churrasqueira, avaliado em R\$ 81.000,00 (Oitenta e um mil Reais). A construção do galpão sede da associação e a doação do barco catamarã⁹ são medidas compensatórias pelo impacto do lago ao grupo de barqueiros organizados.

E conversas com os pesquisados, compreende-se que, apesar do recebimento de bens como medidas compensatórias, esses bens entregues à associação, como medida compensatória, pouco têm utilidade como impulsionadores da aquisição de recursos financeiros para o grupo devido a falta de projetos com direcionamentos para o turismo e o alto custo de manutenção do barco.

Os pesquisados exerciam, além do trabalho de barqueiro, outras funções, dentre elas as de agricultores e pequenos produtores de animais. Devido a falta de local na região com as mesmas condições da área em que os pesquisados moravam antes da construção do lago, um dos pesquisados foi remanejado para um reassentamento rural, dentro do município, porém distante da cidade.

O pesquisado relatou que não havia água potável para os animais (bovinos), por isso o abastecimento era feito por carro pipa que às vezes passava em sua propriedade de três em três dias. Diante das dificuldades para oferecer água aos animais e à falta de água para a manutenção

⁹ Embarcação com dois cascos com propulsão à vela ou motor, que se destaca por sua elevada estabilidade e velocidade em relação às embarcações monocasco.

das atividades da residência, ele negociou o terreno do reassentamento por outro terreno localizado às margens do lago, local em que ele podia utilizar sua embarcação e utilizar a água do lago para as necessidades básicas de sua criação e família.

Outros pesquisados relataram que os valores das indenizações recebidas pelas terrenos e propriedades localizados na área rural atingida pelo lago foi insuficiente para a obtenção de outros terrenos em condição semelhante na área rural, mesmo que menores, isso devido aos valores das indenizações serem baixas e devido a especulação imobiliária na região não atingida, ou seja, aos altos valores cobrados pelos donos de terrenos localizados fora da área atingida.

Considerações Finais

As condições de trabalho dos pesquisados antes da formação do lago eram possíveis durante todo o ano através do transporte de gêneros alimentícios, passageiros ribeirinhos e se intensificava na época de estiagem dos rios, quando os bancos de areia ficavam expostos nas margens maranhenses, e eram utilizados como pontos de lazer nas temporadas de praias. As condições de vida antes da formação do lago, através do trabalho de barqueiro, foram relatadas como possíveis de manter o sustento da família.

Durante a construção do empreendimento e a formação do lago, os barqueiros passaram pelo processo de negociações com o consórcio empreiteiro para a definição dos valores das indenizações, porém afirmam que as negociações foram individuais tendo como base as condições da embarcação de cada associado. Dessa forma, as indenizações tiveram valores diferenciados para cada tipo de embarcação com base também nos materiais utilizados e nas condições físicas da embarcação.

A partir dos diálogos com os barqueiros e observações na associação, alguns fatores chamaram a atenção, como a impossibilidade da continuidade do trabalho, as mudanças para outros endereços devido a área em que viviam ter sido submersa pelas águas do lago e a venda dos barcos por parte de alguns dos associados que não viam possibilidade de continuidade do trabalho em condições iguais ou semelhantes às que existiam anteriormente. A impossibilidade de navegação nas águas do lago devido a força do vento que naufraga as canoas, impossibilitando qualquer tipo de turismo no lago utilizando pequenas embarcações que eram utilizadas durante as temporadas de praias.

Como medida compensatória, os barqueiros, organizados em associação receberam o barco catamarã para ser utilizado no turismo local, porém o alto valor para a manutenção da

embarcação torna sua utilização em passeios turísticos onerosa e, devido a isso, os turistas preferem permanecer apenas na orla do lago, que é dentro da cidade e não há nenhum tipo de pagamento para sua utilização.

Diante do exposto, observou-se, a partir dos relatos dos pesquisados que a associação não está obtendo recursos para manutenção de suas despesas básicas como água, energia elétrica e telefone. Na época da pesquisa, os associados não contribuíam com taxa de manutenção, assim, a associação e os associados perderam suas fontes de rendas, e as medidas compensatórias entregues pelo consórcio construtor do empreendimento não são suficientes para prover condições de trabalho capaz de garantir o sustento dos associados e suas famílias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ARTIGAS, Priscila Santos. **Contribuição ao Estudo das Medidas Compensatórias em Direito Ambiental**. 2011, 315 f. Tese. (Doutorado em Direito). – Departamento de Direito Econômico e Financeiro, Faculdade de Direito, São Paulo. 2011. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/.../Versao_Integral_Priscila_Santos_Artigas.pdf>. Acesso em: 06 de jul. de 2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**: Texto constitucional de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.342**, de 26 de outubro de 2010. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil – Seção 1, página 2.

CESTE. **Plano de Remanejamento da População**. 2007. Disponível em:<<http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidreletricas/Estreito%20-%20Rio%20Tocantins/>>. Acesso em: 01 de maio de 2016.

CESTE. **Localização** (mapa). Disponível em:< http://www.uhe-estreito.com.br/ver_secao.php?session_id=71>. Acesso em: 05 de jul. de 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. – São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. 161 p.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População recenseada e estimada, segundo os municípios - Tocantins - 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 de out. 2015.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia nº 322. Brasília: Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2002.

NOLASCO, Genilson R. S. Identidades culturais em movimento: um olhar sobre as culturas do norte tocantinense e do sudoeste maranhense. *In*: PEDREIRA, Antonia Custódia (Org.). **A região de UHE Estreito: investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana**. Palmas, TO: UNITINS, 2014. 200 p.

PEDREIRA, Antonia Custódia. ZIMMERMANN, Marcos Aurélio C. Programa SALTESTREITO: a pesquisa na abrangência da UHE Estreito. p. 9 – 60. *In* PEDREIRA, Antonia Custódia (Org.). **A região de UHE Estreito: investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana**. Palmas, TO: UNITINS, 2014. 200 p.

RAFFESTINI, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REIS, Maria José. **Projetos de grande escala e campos sociais de conflito**: considerações sobre as implicações socioambientais e políticas da instalação de hidrelétricas. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis. Vol. 9 – n. 01, jan/jun 2012. Florianópolis, SC. Disponível em: <
<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:XogH5YqytswJ:https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/1807-1384.2012v9n1p96/22698+%&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 29 de mai. de 2016

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200p.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Associativismo**. Série Empreendimentos Coletivos, 2009. Disponível em: <
[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/\\$File/NT00042C26.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/DAD2C8C4D5F6C26B8325766A005102D0/$File/NT00042C26.pdf)>. Acesso em: 19 out. 2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOCANTINS. **Atlas do Tocantins**: subsídios ao planejamento da gestão territorial. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico – DEZ. 5. Ed. Palmas: Secretaria do Planejamento e Meio ambiente, 2008. 62 p.

VAINER, Carlos B. **Conceito de “atingidos”**: uma revisão do debate e diretrizes. Observatório Socioambiental de Barragens. Disponível em:<<http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/publicacoes>>. Acesso em: 16 de out.. 2015.